

237
24

CONSEMA
Comissão Temática Processante e de Normatização

Relatório final sobre representação em face do Conselheiro Carlos Alberto H. Bocuhy

1. RELATÓRIO

A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, às fls. 02/14, apresentou, em 07/05/07, representação perante o Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, contra o Conselheiro do CONSEMA CARLOS ALBERTO HALLER BOCUHY, objetivando: (I) impedi-lo de integrar mesa diretora de audiência pública que discuta licenciamento de interesse dela; (II) a declaração de suspeição do representado quanto ao processo de licenciamento ambiental do aterro sanitário CENTRES – Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (Município de Mogi das Cruzes – Distrito Industrial do Taboão) que aquela titula perante a SMA; (III) a exclusão do Conselheiro nos termos do art. 13 do Regimento Interno do CONSEMA; e, ainda, (IV) sua inclusão nas penas contidas na Lei de Improbidade Administrativa; por entender que ele teria agido em desacordo com as funções de Conselheiro.

Em síntese, alegou na conduta do Conselheiro Carlos Bocuhy ocorrência de: (a) procedimento incompatível com a dignidade do cargo, estando politicamente engajado na questão; (b) clara resistência pessoal (parcialidade, animosidade ideológica e subjetividade) em relação ao CENTRES, manifestando-se contrariamente ao empreendimento; (c) “dicas” visando anulação da audiência pública de 08/05/07, sendo ela ato administrativo válido e eficaz; (d) transmissão de informações privilegiadas de procedimentos internos do CONSEMA, assessorando, jurídica e ideologicamente, grupo interessado em tumultuar o regular trâmite do processo de licenciamento; (e) ações contrárias ao seu dever institucional, prestando um desserviço à sociedade.

Em despacho do Secretário-Executivo do CONSEMA, a D. Consultoria Jurídica da Pasta foi instada a dar seu parecer, fazendo-o às fls. 45/55. Basicamente, aduziu considerações no sentido de que: (a) o impedimento do representado de integrar a mesa diretora de audiência pública do CENTRES no evento de 08/05/07 perdera seu objeto, devido à decisão judicial da suspensão daquela (item 4, fl. 49); (b) seu impedimento futuro, em sentido análogo, porém para qualquer empreendimento, e a declaração de sua suspeição no licenciamento em questão deveriam ser analisados a partir da possibilidade de manifestação do representado, regrada pela Deliberação 06/96 do CONSEMA; (c) a aplicação de pena disciplinar relativa à Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo) é inviável, visto que o Conselheiro CARLOS BOCUHY não é funcionário público; (d) a exclusão do Conselheiro deveria ser deliberada pelo Plenário, na hipótese de “procedimento incompatível com a dignidade do cargo, auferindo vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato”, conforme art. 13, II, do Regimento Interno do CONSEMA; (e) a apuração de fatos na esfera administrativa decorrentes de improbidade, não deveria ser atendida, segundo os princípios da razoabilidade e da economia processual, tendo em vista que a aplicação de penalidade a agente público, que não funcionário, só ocorre na esfera judicial (parágrafo único do artigo 12 da Lei 8.249/92), cabendo apenas a comunicação da representação ao Ministério Público (artigos 15 e 22).

Após a manifestação da D. Consultoria Jurídica no Parecer CJ-SMA nº 373/2007 (fls. 45/54), o Conselheiro CARLOS BOCUHY apresentou sua defesa às fls. 73/107 e



108/191, em relação à representação e à denúncia de fls. 60/68 dos autos, manifestando-se novamente aquela no Parecer CJ-SMA nº 696/2008 (fls. 198/204).

Por fim, foi juntada as manifestações da CPRN dando conta do indeferimento do pedido licença ambiental prévia (fls. 218/311), conforme inconsistências apontadas por diversas entidades e técnicos a respeito no EIA-RIMA; do que concluiu não ter sido demonstrada a viabilidade ambiental do empreendimento.

Os autos foram encaminhados ao Conselheiro Fábio Dib, escolhido como relator da matéria pela Comissão Especial Processante, para dar seu parecer. Em 15/05/09, ele concluiu, da análise da representação e da denúncia, que houve confusão no entendimento da CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, percebendo a atuação isenta e o livre exercício de opinião do Conselheiro, constitucionalmente assegurados, com excesso ou desvio de função, sendo descabida a afirmação de que ele agiu com "parcialidade, animosidade ideológica e subjetividade".

Também, não considerou razoável a assertiva de que houve prestação de informações privilegiadas, tendo em vista que o processo administrativo de licenciamento ambiental é público, considerando, sim, terem sido dadas prontas respostas às indagações da sociedade civil por pessoa que "há muito acompanha as atividades da Administração Pública Ambiental".

Quanto à suspeição, opinou no sentido de não haver indícios a esse respeito, em especial no que tange às hipóteses contidas nos artigos 2º e 3º da Deliberação CONSEMA 06/96 (amigo íntimo/inimigo capital), considerando que o princípio da legalidade veda interpretações elásticas, mormente quanto se trata de questões penais, ainda que administrativas.

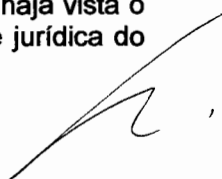
No que tange ao impedimento, adotou parcialmente o posicionamento da Consultoria da Pasta, considerando não só que a ação judicial esvaziaria o objeto do pedido, mas que, também, conforme os autos, a própria SAM indeferiu o pleito de concessão de licença, o que reforça a tese da perda de objeto.

Entendeu que, contrariada, a representante busca a suspeição e o impedimento do Conselheiro, tecendo considerações que indicam a parcialidade de sua opinião, tendo sido, no entanto, refutadas as matérias jornalísticas distorcidas por ela apresentadas.

Em relação à penalidade disciplinar, opinou pela impossibilidade de sua aplicação, segundo o entendimento da douta Consultoria da Pasta, pois a Lei 10.261/1968 aplica-se somente a funcionários públicos. Em relação à improbidade administrativa, julgou o pleito inviável, trazendo o entendimento de que a materialização das punições previstas na Lei 8.429/92 ocorre somente por via ação judicial, mormente infrutífera, devido à vedação ao elastecimento de condutas e tipos penais (Princípio da Legalidade). Reforçando esse posicionamento, considerou não haver qualquer conduta do Conselheiro que implique em seu enriquecimento ilícito (art. 9º), prejuízo ao erário (art.10) ou ato atentatório aos princípios da Administração Pública, sendo inócuo tergiversar sobre as acusações contidas na representação, vez que não se sustenta na esfera administrativa, entendendo pela impossibilidade jurídica do pedido.

Concluindo, acatou e adotou, por seus fundamentos, os itens 4, 6, 6.1, 7 e 7.1 do Parecer CJ-SMA nº 373/2007 (fls. 45/54), opinando: (1) pela insubsistência dos pedidos previstos nos itens "a" e "b" da representação (impedimento e suspeição), cujo objetivo é inviabilizar a participação do representado em mesa diretora de audiência pública de empreendimento de que a representante seja titular, haja vista o fato de que ambos os pleitos perderam o objeto; (2) pela impossibilidade jurídica do

238
24



pedido consubstanciada na letra "c" da aludida representação (penalidade disciplinar), visto não tratar-se o Conselheiro de funcionário público; (3) pela improcedência do pedido de letra "d" (exclusão), uma vez que não restou comprovado nos autos ter o Conselheiro auferido vantagens ilícitas no desempenho de suas funções; e, por celeridade processual, (4) pela impossibilidade jurídica do pedido de aplicação punições estabelecidas na Lei 8.249/92, aventada na denúncia de fls. 60/68, dado ser necessário regular processo perante o Poder Judiciário.

Assim, opinou pelo arquivamento dos autos de representação em razão da inexistência de provas que ensejem a configuração de conduta do Conselheiro Carlos Bocuhy que indiquem excessos, desvios de função ou obtenção de vantagens ilícitas.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em relação às questões da suspeição, do impedimento e da exclusão, existe carência superveniente por falta de interesse de agir, tendo-se em vista o fato do Conselheiro Carlos Alberto Haller Bocuhy não mais integrar o quadro do CONSEMA, conforme o decreto de 16/09/10 do DOESP.

Quanto ao pedido de apuração dos fatos narrados na representação, e eventual aplicação da penalidade administrativa correspondente, dá-se pela sua improcedência, em consonância ao que foi estabelecido no Parecer CJ-SMA nº 373/2007 (fls. 45/54), que entendeu pela sua inaplicabilidade ao caso em exame.

De fato, "as disposições da Lei nº10.261/1968 são aplicáveis apenas a funcionários públicos, ou seja, a pessoa legalmente investida em cargo público, situação que não configurada na atuação como membro do CONSEMA..." (fl.50).

Em relação à improbidade administrativa, melhor sorte não assiste à autora da representação, diante da inexistência de provas que indiquem excessos, desvios de função ou obtenção de vantagens ilícitas do representado.

3. DELIBERAÇÃO

Diante do exposto, a Comissão Temática Processante e de Normatização propõe o arquivamento do presente processo pelas razões expostas na fundamentação.

São Paulo, 01 de setembro de 2011.


Daniel Smolentzov
Relator
Comissão Temática Processante e de Normatização